



CORONELISM AND THE POWER RELATIONSHIP IN AMAZONIA

Alexsandro Melo Medeiros¹ and Iraíldes Caldas Torres²

¹Master in Philosophy by Federal University of Pernambuco (Brazil). Doctor degree student in Society and Culture in Amazonia - PPGSCA by Federal University of Amazonas – UFAM. Actually is Professor and Researcher at UFAM (Brazil)

²Post doctor degree in Social Anthropology by Université Lumière Lyon 2, France. Professor and Researcher at Federal University of Amazonas–UFAM.

ABSTRACT

This article discusses the concept of “Coronelism” as a local power symbol that has been present in Brazil’s society and policy, including the Amazonia, deepening the discussion about the power relationship that are produced all the time in social and political relations, especially considering the reality of the State of Amazonas, based on a qualitative type of research, with field research, participant observation and semi-structured interviews. The “Coronelism” in its narrow sense ended in the decade of 1930, but the data presented here show that the practice of despotism and colonel’s local dictatorship still very current, as we conceptualize one coronelism, represented today by a bureaucratic structure by a State’s functionalism on the oligarchic powers in our society.

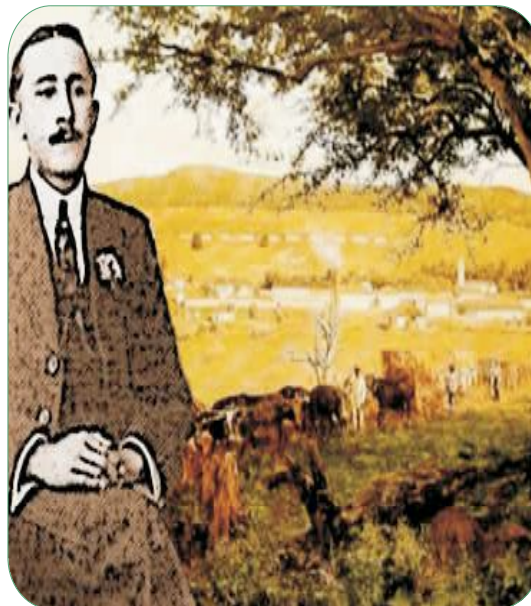


Figura 1 - The Colonels (Actors Paulo Gracindo, Castro Gonzaga e Francisco Dantas).

KEYWORDS : Coronelism; Power relations; Public space.

CORONELISMO E RELAÇÕES DE PODER NA AMAZÔNIA

RESUMO: Este artigo discute o conceito de coronelismo



como um símbolo de poder local que tem estado presente na vida social e política do Brasil, inclusive na Amazônia, aprofundando a discussão em torno das relações de poder que são produzidas permanentemente nas relações sociais e políticas, considerando principalmente a realidade do Estado do Amazonas, tendo como base uma abordagem de pesquisa de tipo qualitativa, com estudo de campo, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Se o coronelismo em seu sentido restrito terminou em meados da década de 1930, os dados aqui apresentados revelam que a prática do mandonismo e dos coronéis continua bem atual, no que podemos conceituar um coronelismo sem coronéis, representado hoje em dia por

uma estrutura burocrática de um funcionalismo de Estado ligado aos poderes oligárquicos da nossa sociedade.

Palavras Chave: Coronelismo; Relações de Poder; Espaço Público.

INTRODUÇÃO

A figura do coronelismo tem estado presente na vida social e política do Brasil, inclusive na Amazônia. Leal (1978) afirma que o termo coronel designava o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da República Velha. Um símbolo de poder local (FORTUNATO, 2000; FAORO, 2000). O coronelismo buscava legitimar as relações políticas e sociais como institucionais e hierárquicas, a partir de uma concepção de poder como exercício de dominação e apropriação por parte de uma classe dominante. Alguns historiadores denominavam os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas e, no caso da Amazônia, os seringais. De acordo com Fortunado (2000, p. 02),

O conceito de coronelismo e a imagem do coronel, criados para designar o domínio do 'poder local' pelas elites políticas brasileiras e legitimados continuamente como um saber dominante e imutável adquiriram positividade que perpassa os diversos discursos sobre o exercício do 'poder local' no Brasil.

Para Leal (1978) o coronelismo é um sistema político datado historicamente na Primeira República (1889-1930), também chamada de República dos Coronéis. Carone (1978) e Janotti (1989), por sua vez, ressaltam que o fenômeno do coronelismo se constituiu desde o Império. De acordo com a visão desses autores, o que se verifica com a República é uma ampliação do papel do coronel na nova estrutura política, permanecendo o Brasil com uma forma de poder centralizada, onde permaneceram as antigas oligarquias representadas por antigos proprietários de terra aliado agora aos banqueiros e produtores de café.

Não é propósito deste artigo entrar nesta discussão sobre as origens históricas do coronelismo, mas sim entender este fenômeno como elemento que define as relações de poder, um poder que produz e é produzido permanentemente nas relações sociais (FOUCAULT, 1979), relações que são simultaneamente políticas e econômicas, valorizando as hierarquias sociais, escamoteando as diferenças e considerando como o coronelismo esteve presente em várias regiões do Brasil e em várias épocas e se constituiu numa oligarquia dominante nos conchavos políticos.

Neste artigo pretendemos utilizar este referencial teórico que tem como base as relações de poder que são produzidas permanentemente nas relações sociais tomando também como o base o projeto de doutorado de um dos autores deste artigo, onde é feita uma análise dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas no município de Parintins, sobretudo o Conselho Municipal de Saúde, a partir das relações que se estabelecem nestes espaços demonstrando como tais relações também podem ser consideradas como relações hierárquicas, de dominação, manutenção e até mesmo abuso de poder.

CORONELISMO SEM CORONÉIS

O coronelismo como fenômeno historicamente situado e sistema de poder entrou em declínio em meados da década de 1930, contudo, o poder dos coronéis não desapareceu, assim como não desapareceu as oligarquias rurais que permaneceram como classes dominantes nas suas áreas de influência. Atualmente existem várias discussões de teóricos das ciências sociais sobre como o fenômeno do coronelismo se manteve após o seu declínio. Alguns autores falam de coronelismo urbano (QUEIROZ, 1976), novos coronéis (SÁ, 1979) e até em neocoronelismo (REIS, 1978; ANDRADE,

1985 e 1988).

Com o tempo tornou-se costumeiro, mesmo sem o título oficial, agregá-lo ao nome de alguns proprietários de terra. Esse coronel se tornou em muitos casos chefe político e para ele se pediam votos em tempos de eleição. Além disso a sua influência era patente para fazer com que as decisões do poder público se direcionassem para seus interesses. Foi o coronel quem criou a figura do voto de cabresto, situação na qual o coronel impunha sua autoridade e comandava o seu eleitorado influenciando a todos que viviam sob sua jurisdição, sem o mínimo critério político-partidário. Torres (2009, p. 104) aponta que esse tipo de prática é bem antigo na região amazônica: “Cédulas preenchidas e entregues ao eleitor para votar, reabilitação dos mortos nas urnas, sumiço de urnas, de atas de eleição, nada é novidade”. O coronelismo é utilizado para fazer barganha com o uso de bens públicos, apropriação privada da coisa pública com fins pessoais que se aproveita da necessidade e da condição sócio econômica das pessoas como moeda de troca. Fortunato (2000, p. 179-180) assinala que,

No código cultural do coronel, a lei tem a função de satisfazer suas ambições e seus objetivos pessoais. Nas relações entre os coronéis e seus correligionários, assim como nas relações entre os coronéis e os poderes estadual e federal, as alianças e rupturas se dão de acordo com as conveniências e os interesses pessoais.

A imagem tanto do coronel quanto do coronelismo está relacionada com as noções de poder e as grandes propriedades de terra, embora para Carone (1978), Faoro (2000), Fortunato (2000) só a propriedade de terra não seja elemento suficiente para explicar o fenômeno do coronelismo, devendo, pois, serem acrescentados outros fatores, como o elemento familiar, um sistema eleitoral baseado na troca de favores, a formação política brasileira patrimonialista e até mesmo o carisma.

Ressalte-se que além do debate em torno de cientistas sociais e historiadores, a literatura regionalista da década de 1930 (AMADO, 1982a e 1982b; GOMES, 1981) também utilizou como suporte de suas criações ficcionais estas relações de poder ajudando a reforçar uma concepção de coronelismo que caracteriza uma particular concepção de lei e de norma.

No caso da Amazônia, e sem nos determos demasiadamente neste ponto, a figura do coronel aparece representada na literatura através de obras como: *Coronel de Barranco* de 1970, de Cláudio de Araújo Lima (2002); *Seringal* de 1972, de Miguel Jeronymo Ferrante (2007); e *Terra Caída* de 1961, de José de Potyguara (2007).

O romance *Seringal* traz a figura do coronel Fábio e do seringueiro Chico Xavier. Em *Coronel de Barranco*, coronel Cipriano representa a figura paradoxal de um ex-seringueiro que roubou do patrão para enriquecer. Na posição de coronel era o elo entre o seringal e as casas aviadoras de Belém e Manaus – as financiadoras das mercadorias do barracão e as compradoras da borracha. Eis uma breve descrição que é feita do coronel Cipriano: “Vaidoso convicto da sua importância [...] o dente de ouro sempre à mostra, ‘farol’ de brilhante enfiado no indicador direito, Cipriano encarnava o símbolo da abastança naquela época de arrivismo e desvario” (LIMA, 2002, p. 100).

CORONELISMO NA AMAZÔNIA

Como já tivemos a oportunidade de frisar, se a figura oficial do coronel deixou de existir, a prática coronelista não desapareceu. E na Amazônia também é comum fazer referência a essa prática utilizando como sinônimo de coronéis a expressão: caciques. São os caciques da política amazonense que determinam, de modo geral, o rumo que as políticas na região devem tomar.

Mas como e em que condições históricas surgiu a construção de um poder local baseado em relações de poder hierárquicas e dominantes no Brasil em geral e na Amazônia de forma mais específica? Nossa hipótese é a de que foram as condições históricas coloniais que permitiram que tal

fato ocorresse.

Como afirma Becker (2005), o fundamento do povoamento na Amazônia, desde o tempo colonial, se deu a partir das relações entre poder e espaço geográfico. Um processo de colonização que foi, na verdade, uma invasão pelos povos europeus, conforme Gambini (2000), que não reconhecia um mínimo de valor na cultura e tradição dos povos ameríndios e que, ao invadir suas terras, negou que os indígenas tivessem alma, negou sua alma ancestral, negou seu modo de sobrevivência, suas línguas, seus vínculos sociais, sua mitologia, sua religião e que dizia à criança índia: “Esqueça quem você é, quem são seus pais e de onde você veio. Isso tudo não vale nada. Abandone sua identidade, desvencilhe-se de sua alma, olhe para mim, espelhe-se em mim, queira e fique igual a mim” (GAMBINI, 2000, p. 174).

O contato do colonizador com os povos ameríndios se deu, desde o início, baseado em relações de poder e, para ser mais exato, relações de saber e poder em que o colonizador, que detém mais poder e mais saber, impõe ao outro a condição de colonizado e descoberto.

No domínio do saber, a ideia criada sobre a Amazônia foi, desde o início, uma construção social forjada a partir das narrativas dos viajantes, cronistas, sacerdotes e historiadores que se aventuraram pelo chamado Novo Mundo. Soranz (2010, p. 123) chama a atenção para o fato de que,

Fundada sob a égide da colonização, a identidade brasileira ficou marcada pelos conflitos e contradições oriundas das relações problemáticas dos colonizadores e colonizados, marcadas por vários conflitos de interesse e troca desigual, que se objetivam em construções conceituais e categóricas que cristalizam verdades preconcebidas e classificações arbitrárias, que marcam a história do desenvolvimento social e cultural das colônias, assim como marcam a história das ideias e conceitos elaborados sobre essas regiões.

No domínio do poder, as relações que se criaram na Amazônia, estreitamente vinculadas ao domínio do saber, foi a de tomada de posse de terras e dos recursos naturais aí existentes, como afirma Ugarte (2009) ao analisar o contato do capitão Francisco de Orellana com os povos indígenas. Para este autor (2009, p. 397),

Aproveitando a situação amistosa que se lhe apresentava, o capitão Orellana pediu àquele cacique/ senhor que convidasse outros caciques/ senhores das regiões próximas, a fim de lhes falar sobre a causa de sua estadia naquela terra[...] Na verdade, a presença dos caciques/senhores era uma necessidade de caráter político, uma vez que Francisco de Orellana preparava o ritual da tomada de posse, em nome da Coroa espanhola, dos territórios governados por aqueles.

Atos de posse que, em casos como o relatado por Ugarte, só foram possíveis devido a uma confusão linguística, pois na visão do autor, os caciques só se tornaram vassallos de um rei cujo nome nem se quer deveriam ter identificado nas palavras verbalizadas por Orellana e que habitava uma terra muito distante, devido à falta de entendimento entre os conceitos políticos próprios de uma realidade cultural europeia que nada tinha a ver com a realidade dos povos indígenas. Quando Orellana pronunciou as palavras “tomar posse em nome de Sua Majestade”, tornou-se um consentimento por parte dos indígenas em razão do silêncio, não por reconhecerem a autoridade do rei espanhol em suas terras, ou seja, por não saberem, de fato, o que isto significava na prática, conforme podemos perceber:

quaisquer que tenham sido as palavras dos 26 caciques, elas se transformaram em ‘silêncio’ e, desse modo, em ‘consentimento’ para que Francisco de Orellana tomasse ‘posesión en nombre de Su Majestaden todos’. O ato inovador nessa nova tomada de posse foi a elevação de uma alta cruz, que se tornou objeto de curiosidade dos índios (ibidem, p. 407).

Esse interesse da Coroa Portuguesa pelas terras indígenas e da riqueza nela produzida aparece também no relato de Alexandre Rodrigues Ferreira em sua Viagem Filosófica ao Rio Negro (2007). Ao

longo de sua obra Alexandre Rodrigues vai tomando nota dos fatos que ele narra ao longo de sua viagem do que ele observa nas povoações indígenas pelas quais vai passando. Da dificuldade que alguns diretores tinham de manter a mão de obra indígena para realizar o trabalho nos aldeamentos, “[...] seja para extração de madeira ou para atividade da agricultura e colheita de plantas e, não havendo índios, que trabalhem, não há que esperar delas [das povoações] progresso nas lavouras” (2007, p. 72). E isso não era, sem dúvida, por falta de recomendações por parte da Coroa Portuguesa, e sim por falta de observância das leis existentes, como o Regimento das Missões e as Cartas Circulares que faziam as mais diversas recomendações e advertências para a administração dos povoados.

O objetivo era claro: tornar os negócios lucrativos e abundantes na região da Amazônia com o cultivo do arroz, anil, algodão, café, entre outras atividades, para fazer prosperar a Coroa Portuguesa. Como é o caso da advertência recomendada aos diretores com a Carta Circular de 15 de setembro de 1773, que afirma ser mais conveniente plantar cacoads na terra, do que ir ao longe colher o cacau com “perigos de vida, gastos e muita demora” (FERREIRA, 2007, p. 78). Se estas advertências tivessem sido observadas, afirma Alexandre Rodrigues, as povoações estariam na opulência e com muitos lucros nas negociações.

Por que ir tão longe para falar da prática do coronelismo nas relações de poder na Amazônia? Porque como foi afirmado mais acima e que constitui uma das hipóteses deste artigo é a ideia de que a prática coronelista surge, na realidade, a partir das condições históricas que se estabeleceram desde o Brasil colônia. Foram as condições históricas do colonialismo que permitiram que o coronelismo surgisse como um sistema político datado historicamente como afirmam Carone (1978) e Janotti (1989), ou seja, no período da República Velha e o que se observa na realidade é uma ampliação do papel do coronel na nova estrutura política, mas bem antes disso o Brasil já possuía uma estrutura de poder de forma centralizada, hierárquica e oligárquica.

Considerando, de modo mais recente, o contexto amazonense do final do século XIX e início do século XX, Torres (2009, p. 62) destaca como as oligarquias políticas tiveram um papel decisivo no período áureo da economia amazonense e como esse arranjo de forças políticas e “de forças econômicas agiu re-estruturando as classes e suas formas de poder”. É importante notar como essa estrutura de relações de poder que se evidencia neste contexto amazonense é o reflexo de uma estrutura mais ampla a nível nacional que se personifica na figura de Getúlio Vargas e repercute em vários centros do país, como na Bahia com Antônio Carlos Magalhães e no Rio Grande do Sul, com Leonel Brizola (TORRES, 2009, p. 64). Tais relações de poder podem facilmente ser observadas também, no município de Parintins, interior do Estado do Amazonas, distante 369 km da cidade de Manaus, como veremos agora.

Relações de Poder no Município de Parintins/AM

Depois de lançar um olhar para o passado vamos agora deter o nosso olhar no tempo presente.

Embora o coronelismo em seu sentido restrito tenha terminado em meados da década de 1930, sobreviveu a ele a prática do mandonismo e dos coronéis (LEAL, 1978). É o que podemos chamar de um coronelismo sem coronéis, representado hoje em dia por uma estrutura burocrática representada por um funcionalismo de Estado ligado aos poderes oligárquicos da nossa sociedade. E por mais que existam hoje mecanismos para coibir estas práticas, como o sistema do voto secreto ou a proliferação de partidos políticos, os tais coronéis sempre procuram um jeito de manter o seu curral eleitoral e o voto de cabresto, fazendo com que o coronelismo se adapte a sucessivos momentos históricos (JANOTTI, 1989).

Com base nestas ideias, o nosso intento é destacar neste artigo como a prática coronelista,

entendida como uma forma de mando em que uma classe política controla as relações de poder em uma sociedade, tem se reproduzidas as relações de poder no contexto amazonense e, mais especificamente, na cidade de Parintins. Os dados aqui apresentados foram coletados seguindo uma orientação metodológica de pesquisa de tipo qualitativa, utilizando como técnicas e instrumentos de pesquisa: pesquisa de campo, observação sistemática e participante (uma vez que um dos pesquisadores é conselheiro do Conselho Municipal de Saúde de Parintins – CMS/PIN) e entrevistas semiestruturadas.

A atuação de um dos pesquisadores como conselheiro permitiu uma observação sistemática das relações de poder que se estabelecem no espaço do CMS/PIN, de forma participativa. A observação participante é utilizada em pesquisa qualitativa para coleta de dados onde o pesquisador não apenas observa de forma passiva, mas, participa no cenário pesquisado (BECKER, 1994; MINAYO, 2004). Nesse sentido, os dados obtidos para análise dos resultados aqui apresentados advêm da conjugação da tríade: “participação do pesquisador, ação dos sujeitos observados e situação contextual” (FERNANDES; MOREIRA, 2013, p. 520). Contribuíram também para a análise presente neste artigo quatro entrevistas realizadas com quatro indivíduos que de alguma forma tem uma vivência direta na esfera pública, seja como político partidário ou como membro de movimentos sociais. Vamos chamar cada um dos entrevistados por um nome fictício: Nicolau, Michel, Paulo e Simone.

Nicolau iniciou sua vida pública em 1996, tentou ser candidato a prefeito por duas vezes sem êxito, e foi vereador por dois mandatos em um dos quais assumiu a presidência da Câmara Municipal de Parintins por 02 anos. Michel e Paulo foram presidentes de Conselhos de Políticas Públicas, atuando no Conselho de Saúde e Educação, respectivamente. E Simone é uma educadora popular, ativista social, representante de movimentos de mulheres e acostumada a participar de movimentos e manifestações populares, tendo atuado também como representante no Conselho Municipal de Saúde. Cada um dos entrevistados apontou, de alguma forma, as relações de poder que se evidenciam no cenário parintinense como veremos a seguir.

Perguntado sobre os fatores determinantes da política municipal Nicolau respondeu, utilizando a nomenclatura de pseudo líder político, que:

O líder político manda e desmanda é aquele que tem dinheiro que enricou com o dinheiro público, por isso que ele é líder, ele é forte e lamentavelmente essas pessoas têm o controle sobre determinados cargos. Por exemplo, um deputado estadual hoje que é do município e está em Manaus ele sempre vai ao governador para pedir a cabeça do gestor de uma escola estadual, de alguém que trabalha em determinado lugar mas que exerce cargo de confiança ou mesmo de alguém que seja concursado mas que ele pede para que seja deslocado para outro município. Ou seja, tudo gira em torno desse poder que a pessoa adquire, desse pseudo líder político (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

Paulo concorda com Nicolau no que diz respeito à forma de atuação do governo municipal que se assemelha neste caso ao *modus operandis* do governo estadual, ou seja, a de que tanto governadores e prefeitos adotam como práticas políticas a sua influência e autoridade como fator determinante das relações sociais na esfera pública.

[...] quem está no comando do poder executivo, ele acaba comandando também todas as outras organizações. As associações de moto taxistas, de taxistas, carroceiros... isso eu tenho visto que todas essas organizações hoje que tem eleição normalmente as pessoas querem ser presidente. Por quê? No fundo, no momento das eleições eles são procurados para tentar convencer suas classes que é justamente para dar sustentação ao prefeito, seja o eleito ou aquele que está concorrendo. E aí é claro que se reflete muito em toda vida parintinense[...] Quando eu penso por exemplo nos gestores de escola: é urgente nós pensarmos uma política para gestor dentro daquela ideia da gestão democrática

tendo uma eleição a cada dois anos, pois hoje o que define ser gestor de uma escola? Que o cara esteja na campanha balançando a bandeira. Ele pode não ter nenhum requisito para ser gestor, mas se ele estava na campanha então ele vai ser gestor. Isso nós precisaríamos de certa forma acabar porque caso contrário nós vamos ficar gritando, batendo, dizendo que está errado, mas ele precisa ser discutido dentro de uma política pública para a educação (PESQUISA DE CAMPO, 2016).

É o tipo de prática remanescente do velho esquema da política de favores, como aponta Torres (2009, p. 83) “de concessão de vagas disponíveis no magistério do interior do Estado às famílias oligárquicas, feitas pelo chefe do Executivo Estadual”. Tanto as vagas do magistério como também as das magistraturas eram reservadas principalmente aos filhos de poderosos coronéis e das famílias oligárquicas, ocasionando “uma situação de prática política viciada em que o governante era obrigado a atender a vontade dos aliados” (2009, p. 102), chegando mesmo ao extremo da nomeação, na gestão de Álvaro Maia, “de um professor de grego, que não sabia grego” (2009, p. 102).

Esse tipo de prática coronelista e mandonista parece ser algo bem presente ainda hoje nas relações de poder locais e pode ser evidenciada no espaço público dos Conselhos de Políticas Públicas. Um bom exemplo disto tem a ver com o papel que os gestores (prefeitos, secretários de saúde e educação, diretores de hospital ou de escolas) têm desempenhado no âmbito dos Conselhos de Saúde e Educação.

O papel dos gestores na definição de quem participará dos conselhos tem sido um dado explorado por vários pesquisadores como Oliveira e Pinheiro (2010), Paiva, Stralen e Costa (2014, p. 490), sendo que estes últimos revelam que,

[...] os representantes do poder executivo buscam articular parcerias que melhor representem seus interesses. Neste sentido, a proximidade do ator estatal com alguns segmentos sociais poderá significar suas indicações para a composição do conselho, sendo, portanto, estrategicamente inseridos nos espaços públicos mais em razão de sua aliança com o ator estatal do que de fato por representarem a diversidade existente na esfera da sociedade civil.

Nosso entrevistado Michel destaca como este tipo de prática política se reflete inclusive na falta de autonomia dos Conselhos de Políticas Públicas, criando dificuldades e obstáculos para que o Conselho Municipal de Saúde, por exemplo, possa tomar decisões independentes da gestão pública ou, pelo menos, sem sofrer qualquer tipo de coerção social para aprovar determinada política pública. “Eu passei por experiência no conselho que era visível que conselheiros representantes dos usuários tava ali incitando, sabe, movimentando o conselho para ajudar as decisões que os secretários queriam, que as secretárias queriam, que a gestão queria” (PESQUISA DE CAMPO, 2016). Michel mencionou ainda um fato que aconteceu com um dos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), que havia sido indicado para exercer a função de secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde e que, para obedecer aos princípios da ética na pesquisa, iremos usar nomes fictícios para designar tanto o funcionário, quanto um candidato a prefeito que é mencionado na citação:

O Hipócrates é um funcionário da SEMSA, que tem vínculo familiar com o candidato que perdeu as eleições, ele é cunhado do Odorico Paraguaçu, alguma coisa assim, e ele já trabalhou antes no conselho municipal de meio ambiente. Então ele tinha uma experiência em conselhos e a gente pediu a remoção do Hipócrates pro conselho. O que que acontece? Ele foi acuado, ele foi intimidado dentro da SEMSA. Depois eu descobri que fizeram um documento e entregaram pra ele na presença da gerente de atenção básica da Secretaria de Saúde pra ele assinar o documento. Que dizia, que tava escrito na pessoa dele: eu, Hipócrates, fulano de tal, não posso porque exerço a função tal, tal, tal, na atenção básica. Quer dizer, é um sistema que serve pra quê, pra acuar o funcionário que possa tentar ajudar o conselho. E isso daí eu fiquei sabendo da própria pessoa, do próprio Hipócrates (PESQUISA DE CAMPO,

2016).

A figura do coronel não existe mais no município de Parintins, mas a vida social e política do município está permeada por grupos políticos locais que representam e simbolizam um saber dominante e um “poder local” (FORTUNATO, 2000; FAORO, 2000). O objetivo é claro: a manutenção das relações institucionais e hierárquicas, a partir de uma concepção de poder como exercício de dominação e apropriação por parte destes grupos.

É evidente como as relações de poder estão presentes no espaço público municipal. E nossa observação de campo só tende a corroborar esse ponto de vista ao analisarmos, por exemplo, a última eleição para presidente do Conselho Municipal de Saúde de Parintins realizada em meados de 2015. Os fatos observados sugerem uma articulação do poder público para determinar: 1) a saída do então presidente do CMS/PIN (representante da sociedade civil organizada) que, ao ser demitido do seu trabalho, não poderia mais atuar no conselho por não mais representar a categoria pela qual tinha sido eleito; 2) e uma articulação em torno da eleição para presidente do CMS/PIN para eleger a então Secretária Municipal de Saúde, que, como representante da gestão municipal, seria alguém de confiança e subordinada ao chefe do Executivo.

O interesse da gestão municipal nessa articulação do poder executivo se justificaria em razão da postura do então presidente do Conselho Municipal de Saúde de Parintins, representante da sociedade civil organizada, postura de “enfrentamento” e conflitos com os interesses da Secretaria Municipal de Saúde. E, embora não tenhamos provas materiais para afirmar que houve algum tipo de interferência por parte do poder público municipal nas relações de trabalho do então presidente, que chegou a receber um comunicado de desligamento de suas funções no seu emprego, parece uma coincidência muito grande que este fato tenha ocorrido exatamente a partir do momento em que o mesmo adotou uma postura crítica nas plenárias do CMS/PIN.

O episódio em torno da eleição do novo presidente do CMS/PIN também revela uma possível articulação por trás dos bastidores para eleger presidente o representante da gestão municipal: se candidataram ao cargo de presidente um outro representante dos usuários (sociedade civil organizada) e a então Secretária Municipal de Saúde. Chegando o dia da eleição e iniciada a reunião ordinária do CMS/PIN, os dois candidatos fazem um discurso onde se colocam à disposição para assumir o cargo de presidente e tem início a eleição. Estavam presentes 15, dos 16 conselheiros titulares aptos a votar. A então Secretária Municipal de Saúde vence a eleição por 10 votos a 5 e, até aqui, tudo aconteceu normalmente, como manda um processo eleitoral e democrático. Quais são, portanto, os fatores que nos levam a analisar este fato a partir das relações de poder que temos dado ênfase ao longo do nosso artigo?

Chama a atenção o fato de conselheiros que raramente apareciam nas reuniões ordinárias, comparecerem na reunião de eleição do presidente. Algo que inclusive poderia ter sido questionado na reunião, já que pelo Regimento Interno do CMS/PIN, o conselheiro que faltar a 3 reuniões seguidas, ou 6 reuniões intercaladas, sem justificativa, automaticamente deixa de exercer a função de conselheiro. E o que mais chamou a atenção: um destes conselheiros chegou para a reunião, participou do pleito, e logo em seguida se retirou, demonstrando claramente que tinha comparecido àquela reunião única e exclusivamente para votar e, muito provavelmente, não foi para votar no representante da sociedade civil. Ademais, dos 15 conselheiros presentes, 08 eram representantes da sociedade civil, já que para obedecer ao princípio da paridade, 50% dos membros de um Conselho de Políticas Públicas deve ser composto por representantes da sociedade civil organizada. O que significa dizer que, dos 08 votos possíveis de representantes da sociedade civil, pelo menos 03 deles votaram no representante da gestão pública, ao invés de votar no representante da sociedade civil o que, mais uma vez, pode ser

indício de práticas de trocas de favores no âmbito do CMS/PIN e articulações em torno de interesses no espaço público.

A partir dos dados aqui apresentados, não seria exato dizer que estamos presenciando um tipo deneocoronelismo como o entende Reis (1978) e Andrade (1985 e 1988)? Uma forma de coronelismo urbano (QUEIROZ, 1976) cujo fenômeno não está mais associado aos grandes senhores de terra, mas a grupos políticos que exercem seu poder e influenciam a vida da cidade (e do campo, por conseguinte), com um único propósito e objetivo: chegar ao poder e nele permanecer?

Não é improvável que tenha ocorrido no período das eleições para presidência do CMS/PIN troca de favores, caracterizando uma política clientelista, ou até mesmo de cunho coronelista, já que muitos funcionários dependem do poder público para sustentar suas famílias e caso não rezem conforme dita a cartilha, terão seus empregos tirados, como foi o caso do ex presidente do Conselho narrado mais acima.

Por fim vale destacar a denúncia feita por Simone, em sua carta de renúncia à representação no Conselho Municipal de Saúde, onde a mesma explica as razões que a levaram a pedir o seu afastamento das atividades do CMS/PIN pelo que Simone chama de balcão de negócios particulares e táticas de silenciamento, como podemos ver na carta lida publicamente em sessão ordinária do CMS/PIN:

A tática de silenciamento configurada na ausência de interlocução para o efetivo enfrentamento às contradições vivenciadas no Conselho Municipal e Saúde, de Parintins, forçam-me ao afastamento do referido Conselho [...] tais vícios estão impregnados na lógica do atual e perverso Estado Democrático, em cuja dinâmica, Conselhos e outros instrumentos ditos de “participação social” caracterizam-se a um “balcão de negócios particulares” sob total comando de interesses politiquieiros a partir de sutis acordos entre Secretários de Saúde, Mesas Diretoras e Prefeitos (CARTA DE RENÚNCIA, 26 de maio de 2015).

Os dados aqui apresentados reforçam a ideia de Torres (2009) de como tudo depende dos interesses políticos que estão em jogo a partir de uma dialética fundante das relações de poder. Não estaríamos aqui diante da parábola hegeliana presente na Dialética do Senhor e do Escravo, que extrapola o terreno da alegoria para o campo da ideologia, “tornando-o momento do itinerário dialético que conduz a Razão à claridade do pleno conhecimento de si mesma”? (VAZ, 1981, p. 09). Em caso positivo, este tema daria ensejo a uma nova e profunda discussão, mas é chegada a hora de por termo a este artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A herança do passado colonial na Amazônia não deixa dúvidas de como as relações que se estabeleceram na região foram construídas a partir de relações de poder hierárquicas e dominantes. A partir de um processo de colonização que não reconhecia o valor cultural dos povos ameríndios o contato entre colonizador e colonizado impôs uma condição de subordinação e inferioridade para este último. O processo de colonização é marcado por conflitos, contradições oriundas das relações entre colonizadores e colonizados, interesses políticos que marcam a história do desenvolvimento social e cultural na Amazônia.

No domínio do poder é marcante também a figura do coronel: símbolo de poder local base da organização da República Velha. Um sistema político datado historicamente, presente no contexto amazonense em fins do século XIX e início do século XX, mas que ainda faz sentir os seus efeitos sobre os dias atuais.

O poder dos coronéis e das oligarquias políticas teve um papel decisivo no arranjo de forças políticas e econômicas do cenário amazonense e os fatos aqui analisados e relatados nos levam a

ponderar que as práticas políticas de cunho coronelista, mandonista e clientelista permanecem bastante atuais: as práticas coronelistas de relações de poder continuam vivas e ditam as normas do jogo político. Relações de poder que permeiam as disputas políticas, eleitorais, e que estão presentes também no espaço público dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Uma série de fatores coercitivos podem influenciar no modus operandi destas novas ágoras, determinando que os projetos e as demandas apresentados nos Conselhos podem não ser o resultado de uma criação coletiva e, por conseguinte, objetivar interesses políticos e particulares.

O coronelismo como fato histórico entrou em declínio. Mas hoje ainda vivemos sob a égide de um coronelismo sem coronéis. De uma política baseada no mando dos novos coronéis. De um neocoronelismo que caracteriza uma concepção particular de lei e norma, cuja função é satisfazer a ambição e os desejos pessoais e particulares de quem está no poder, criando e estabelecendo alianças, rupturas e relações de dominação de acordo com suas próprias conveniências e interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMADO, Jorge. Terras do Sem Fim. 48. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982a.
2. _____. São Jorge dos Ilhéus. 44. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982b.
3. ANDRADE, M. A. Alonso de. Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República. João Pessoa: NDIHR, 1985.
4. _____. Notas sobre clientelismo, coronelismo e representação política. Humanidades e Ciências Sociais, João Pessoa, v. 2, nº 3. p. 175-182, jul/set. 1988.
5. BECKER, Bertha K. Geopolítica na Amazônia. Estudos Avançados, 19 (53), p. 71-86, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>>. Acessado em 20/09/2015.
6. BECKER, H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
7. CARONE, Edgard. A República Velha: Instituições e Classes Sociais (1889-1930). 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
8. FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000.
9. FERNANDES, Fernando M. B.; MOREIRA, Marcelo R. Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. Physis – Revista de Saúde Coletiva, vol. 23, n. 2, p. 511-529, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312013000200010>>. Acessado em 25/03/2016.
10. FERRANTE, Miguel Jeronymo. Seringal. São Paulo: Globo, 2007.
11. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. 2. ed. Manaus: Editoria da UFAM e Editora do INPA, 2007.
12. FORTUNATO, Maria Lucinete. O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2000.
13. FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
14. GAMBINI, Roberto. Espelho índio: a formação da alma brasileira. São Paulo: AxisMundi; Terceiro Nome, 2000.
15. GOMES, Heloísa Toller. O poder rural na ficção. São Paulo: Ática, 1981.
16. JANOTTI, Maria de Lourdes M. O Coronelismo: uma política de compromissos. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História)
17. LIMA, Claudio de Araújo. Coronel de Barranco. Manaus: Editora Valer, 2002.
18. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4.

ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

19. MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 2004.

20. OLIVEIRA, L.C.; PINHEIRO, R. A participação nos conselhos de saúde e sua interface com a cultura política. *CienSaudeColet*, 15(5), p. 2455-2464, 2010. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000500020>>. Acessado em 25/05/2015.

21. PAIVA, Fernando S.; STRALEN, Cornelis J. Van; COSTA, Pedro H. A. da. Participação social e saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(2), p. 487-498, 2014. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014192.10542012>>. Acessado em 17/07/2015.

22. POTYGUARA, José. Terra caída. São Paulo: Globo, 2007.

23. QUEIROZ, M. I. P. de. O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

24. SÁ, M. A. F. de. Dos velhos aos novos coronéis. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1978.

25. SORANZ, Gustavo. Do pensamento social sobre a Amazônia. *Somanlu*, ano 10, n. 2, p. 119-137, jul./dez. 2010. Disponível em:

<http://www.academia.edu/12872992/Do_pensamento_social_na_Amaz%C3%B4nia>. Acessado em 15/10/2015.

26. TORRES, Iraildes Caldas. Arquitetura do Poder: memória de Gilberto Mestrinho. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

27. UGARTE, Auxiliomar Silva. Sertões de Bárbaros – O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII). Manaus: Editora Valer, 2009.

28. VAZ, Henrique C. de Lima. Senhor e Escravo. Uma parábola da filosofia ocidental. *Síntese – Revista de Filosofia*, vol. 8, n. 21, p. 7-29, 1981. Disponível em:

<<http://faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/view/2175>>. Acessado em 22/04/2016.

¹Coronelism (pt.br. Coronelismo) was the Brazilian political machine during the Old Republic (1889-1930), also known as the "rule of the coronels" or Colonel's local dictatorship, responsible for the centralization of the political power in the hands of a locally dominant oligarch, known as a coronel, who would dispense favors in return for loyalty. Font. Wikipedia, 2016 in English

⁴Segundo Faoro (2000), o conceito de patrimonialismo caracteriza um elemento estrutural da sociedade brasileira: uma relação entre Estado e sociedade em que o primeiro oprime a segunda pela reprodução de um sistema de privilégios em favor de uma burocracia estatal. A administração política brasileira, reflexo da política adotada em Portugal, baseava-se em um estamento burocrático centralizado no poder do Estado atuando em favor dos interesses dos próprios governantes.



Alessandro Melo Medeiros

Master in Philosophy by Federal University of Pernambuco (Brazil). Doctor degree student in Society and Culture in Amazonia - PPGSCA by Federal University of Amazonas – UFAM. Actually is Professor and Researcher at UFAM (Brazi)



Iraildes Caldas Torres

Post doctor degree in Social Anthropology by UniversitéLumiere Lyon 2, France. Professor and Researcher at Federal University of Amazonas– UFAM.